



Brasil Eleições 2018 - Os candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) decidirão no segundo turno quem será o presidente do Brasil pelos próximos quatro anos, segundo os dados de apuração do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgados na noite deste domingo (7). Eles disputam a Presidência pela primeira vez.

Com quase todas as urnas apuradas, Bolsonaro tinha quase 50 milhões de votos, e Haddad superava os 30 milhões. O terceiro colocado, Ciro Gomes (PDT), somava pouco mais de 13 milhões.

Esta é a oitava eleição presidencial por meio do voto direto desde a redemocratização, no fim da década de 1980. O vencedor governará o Brasil de 1º de janeiro 2019 a 31 de dezembro de 2022.

O resultado do primeiro turno quebrou a polarização entre PT e PSDB na eleição presidencial. Nas últimas seis eleições, os dois primeiros colocados foram dos dois partidos, com duas vitórias do PSDB (1994 e 1998) e quatro do PT (2002, 2006, 2010 e 2014).

Após a confirmação do resultado, Bolsonaro afirmou que o Brasil não pode "dar mais um passo à esquerda" porque, segundo ele, está "à beira do caos. Ele falou em "unir o nosso povo, unir os cacos que nos fez o governo da esquerda no passado".

Haddad também se referiu à necessidade de união. "Queremos unir as pessoas que têm atenção aos mais pobres desse país tão desigual", declarou. O presidenciável do PT disse que, para isso, contará com "uma única arma: o argumento".

Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) vão disputar o 2º turno das eleições

A campanha A campanha eleitoral teve início em agosto com 13 candidatos à Presidência da República, o maior número de concorrentes desde 1989, quando houve 22 postulantes.

A corrida ao Planalto deste ano foi marcada por dois fatos que podem ter influenciado até mesmo o desempenho de outras candidaturas:

O registro de candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva foi rejeitado; o PT substituiu o ex-presidente por Fernando Haddad; Bolsonaro levou uma facada durante um ato de campanha em Juiz de Fora (MG) e ficou 23 dias internado.

Lula Preso desde abril em Curitiba, e com sucessivos recursos negados pela Justiça, Lula liderava as pesquisas de intenção de voto quando teve o registro da candidatura rejeitado pelo TSE com base na Lei da Ficha Limpa, que proíbe a candidatura de condenados em órgão colegiado da Justiça.

O ex-presidente foi condenado a 12 anos e um mês em regime inicialmente fechado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex em Guarujá (SP), na Operação Lava Jato.

Mesmo ciente de que o registro poderia ser negado, o PT registrou a candidatura de Lula, que recebeu 16 contestações.

Antes da decisão do TSE, um parecer assinado por dois integrantes do Comitê de Direitos Humanos da ONU recomendou ao Brasil que garantisse os direitos políticos de Lula, e permitisse que ele impedi-lo de concorrer até o término da análise de todos os recursos judiciais de sua condenação.

O TSE entendeu que a manifestação dos integrantes do comitê não tinha caráter vinculante. A defesa do ex-presidente tentou usar essa posição para suspender a inelegibilidade dele, mas o

ministro Luiz Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido.

Haddad candidato O PT confirmou em 11 de setembro o acordo costurado nos bastidores pelo próprio ex-presidente Lula: elevar Fernando Haddad, vice na chapa, à condição de presidenciável. A deputada estadual Manuela D'Ávila (RS) assumiu a vaga de vice, na aliança com o PCdoB.

Nas palavras de Haddad, que percorria o país como vice, Lula lhe conferiu a missão de assumir a candidatura com o slogan "O Brasil feliz de novo", com a promessa ao eleitor de trazer de volta o "Brasil de Lula".

A estratégia de manter a candidatura de Lula até o limite permitido pela Justiça foi definida pelo petista na sede da Polícia Federal no Paraná, onde, preso, recebeu uma romaria de aliados e advogados, entre os quais, Haddad. O partido apostou na transferência de votos do ex-presidente. Haddad tinha 4% nas pesquisas e passou da faixa dos 20% – metade das intenções de voto que o padrinho vinha obtendo.

A candidatura teve de lidar com desgastes. Em setembro, Haddad foi denunciado pelo Ministério Público de São Paulo por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Mas a Corregedoria do Ministério Público decidiu investigar o procurador que denunciou Haddad por ter apresentado a acusação no período eleitoral.

Outro ponto de desgaste para Haddad foi a situação de Lula. No último dia 1º, o juiz federal Sergio Moro retirou o sigilo de parte do acordo de delação de Antonio Palocci, ministro nos governos petistas. A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deu 15 dias para Moro explicar a divulgação justamente na semana anterior à eleição.

Facada em Bolsonaro Deputado federal desde 1991, Bolsonaro filiou-se ao PSL em março para disputar a primeira eleição presidencial. Em 6 de setembro, foi vítima de uma facada no abdômen durante um ato de campanha em Juiz de Fora (MG).

O candidato do PSL passou por cirurgias e ficou 23 dias internado. Em razão do atentado, Bolsonaro concentrou a campanha nas redes sociais, com a publicação de mensagens por escrito e de vídeos.

Sem fazer campanha nas ruas, manteve o primeiro lugar nas pesquisas – liderou desde o início nos cenários sem o ex-presidente Lula – mesmo sem um espectro grande de alianças e com pouco tempo na propaganda eleitoral gratuita de TV. A popularidade de Bolsonaro cresceu à base de um discurso anti-PT e antiesquerda.

A campanha do deputado federal também teve polêmicas envolvendo declarações de Bolsonaro e do candidato a vice na chapa dele, general Hamilton Mourão.

Bolsonaro:

>Disse que iria "fuzilar a petralhada"; depois, afirmou que era uma "figura de linguagem"; >Defendeu condecorar policiais que matam criminosos;

>Disse que não aceitará o resultado se não for o eleito; depois, disse que "não tem nada para fazer" em caso de derrota e que somente não ligaria para cumprimentar Haddad.

General Mourão:

>Criticou o 13º salário; depois, afirmou que a declaração foi "descontextualizada"; na ocasião, o general foi repreendido por Bolsonaro >Afirmou que, em situação hipotética de anarquia, o presidente eleito pode dar um "autogolpe" com apoio das Forças Armadas;

>Disse que o Brasil herdou a cultura do "privilégio" do português, a "indolência" do índio e a "malandragem" do africano; depois, disse que foi "mal interpretado".

Bolsonaro também teve de explicar frases polêmicas ditas ao longo da carreira política, em

especial sobre negros, gays e mulheres – o STF rejeitou denúncia de racismo contra ele.

Ciro Gomes Coligado ao PT nas duas últimas eleições presidenciais, o PDT também reapareceu na corrida presidencial, desta vez com **Ciro Gomes**, que apresentou como uma terceira via, na esperança de obter votos no centro e na esquerda, como alternativa aos eleitores desencantados com o PT e refratários a Bolsonaro.

Após a confirmação do resultado do primeiro turno, **Ciro Gomes** afirmou que ainda decidirá qual posição adotará no segundo, mas descartou a hipótese de apoiar Bolsonaro: "Ele não, sem dúvida".

Durante a campanha, ele insistiu nas críticas à postura do PT em relação à sua candidatura e, inclusive, chegou a declarar que "não é mais possível" apoiar o partido.

A proposta de **Ciro** que mais chamou atenção foi o projeto para quitar débitos de consumidores no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Conhecido pelo temperamento forte e pelas frases ríspidas, **Ciro** teve entre seus alvos preferidos na campanha o general **Hamilton Mourão**, vice de Bolsonaro.

Alckmin Disputando a Presidência da República pela segunda vez, **Geraldo Alckmin** (PSDB) oscilou nas pesquisas Datafolha e Ibope entre 7% e 10% e não disputará o segundo turno.

Terminou o primeiro turno com menos de 5% dos votos. Presidente nacional do PSDB, disse que reunirá a Executiva na próxima terça-feira para decidir qual posição o partido adotará no segundo turno. "Quero reafirmar aqui nossa convicção na essência do regime democrático.

Não tem poder que não seja legitimado pelo voto, pela expressão popular", declarou.

Durante a campanha, na tentativa de se firmar como a "terceira via" entre Bolsonaro e Haddad, o tucano fechou aliança com oito partidos, apoio que incluiu legendas do "Centrão" (DEM, PP, PR, PRB e SD) e garantiu a **Alckmin** quase metade do tempo na propaganda de rádio e TV.

Para tentar justificar o desgaste causado pela união com o bloco, tido publicamente como fisiologista por ocupar cargos nos governos do PT e do MDB, **Alckmin** defendeu a necessidade de alianças para governar e aprovar reformas para o país voltar a gerar empregos.

Alckmin se apresentou ao longo da campanha como um gestor experiente e focou em um discurso de combate ao "radicalismo" de Bolsonaro e ao retorno do PT ao poder.

As alianças, o tempo de TV e o discurso de **Alckmin** não funcionaram. O tucano estacionou nas pesquisas, foi abandonado por aliados do Centrão e de setores do próprio PSDB, que passaram a apoiar Bolsonaro e **Marina Silva** (Rede).

Marina Silva Em sua terceira candidatura presidencial, agora pela Rede, **Marina Silva** também se apresentou como alternativa ao PT e a Bolsonaro.

Começou bem nas pesquisas, mas perdeu força e teve desempenho bem inferior ao terceiro lugar registrado em 2014, quando obteve mais de 22 milhões de votos. Desta vez, alcançou pouco mais de 1 milhão.

Ela afirmou que o partido ainda decidirá como vai se situar no segundo turno. Mas disse que a Rede será oposição ao futuro governo. "Independentemente de quem seja o vencedor, nós estaremos na oposição", declarou.

Alvaro Dias Com uma carreira política iniciada há 50 anos – começou como vereador do MDB em Londrina em 1968 – e depois de passar por sete partidos, o senador **Alvaro Dias** (Podemos-PR) não teve êxito na primeira tentativa de chegar à Presidência da República.

Ele centrou o discurso no combate à corrupção. Tentou seduzir sem sucesso o eleitor com um convite, caso eleito, para que o juiz **Sergio Moro** assumisse o Ministério da Justiça.

Henrique Meirelles Vice do PT em 2010 e 2014 e partido do presidente **Michel Temer**, o MDB voltou a ter candidato próprio, algo inédito desde 1994. **Temer** ensaiou buscar a reeleição, mas

a impopularidade transformou o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles no candidato do partido.

Ele tirou R\$ 54 milhões do próprio bolso para financiar a campanha, apostou no discurso de recuperação da economia, mas não decolou.

João Amoêdo Outro candidato com origem no mercado financeiro foi João Amoêdo, do Partido Novo, que estreou em eleições com discurso liberal na economia. O engajamento nas redes sociais de seus apoiadores não foi suficiente para se eleger.

Chegou em quinto lugar no primeiro turno, com mais de 2,6 milhões de votos (2,5%), e considerou o desempenho "sensacional".

Cabo Daciolo Cabo Daciolo (Patriota) foi dos candidatos com maior repercussão nas redes sociais, repetindo sempre que podia a expressão "Glória a Deus". Ele até optou por jejuar e orar em um monte durante parte da campanha. Terminou o primeiro turno em sexto lugar, com mais de 1,3 milhão de votos.

No primeiro debate da TV, Daciolo questionou Ciro Gomes sobre a criação da Ursal: "O que o senhor tem a dizer sobre o plano Ursal, a União da República Socialista Latino-americana?"

"Meu estimado cabo, eu tive muito prazer de conhecê-lo hoje e, pelo visto, o amigo também não me conhece. Eu não sei o que é isso", respondeu Ciro, arrancando risos da plateia.

Outros candidatos >A corrida presidencial ainda teve as candidaturas à esquerda de Guilherme Boulos (PSOL) e Vera Lúcia (PSTU). O primeiro obteve pouco mais de 617 mil votos. A segunda, 55,7 mil.

>João Goulart Filho (PPL), filho do ex-presidente Jango, também tentou a sorte. Foi o último colocado entre os 13 que disputaram o primeiro turno, com 30,1 mil votos.

.O "democrata cristão" José Maria Eymael foi o penúltimo, com 41,7 mil. Durante a campanha, ele usou o bordão "Sinais, fortes sinais".